

Duas grandes conferencias internacionais continuam mobilizando as feministas na academia, no movimento e nas esferas governamentais. A Conferência sobre População e Desenvolvimento e a Conferência sobre a Mulher.

O Brasil já tem pronto o documento oficial que será apresentado no Cairo, por ocasião da primeira delas, fruto de um diálogo estreito entre especialistas do tema e representantes de entidades e movimentos da sociedade civil. Vem mantendo posições firmes e louváveis nas reuniões preparatórias, defendendo os compromissos assumidos em torno aos direitos reprodutivos, apesar das pressões que enfrenta, juntamente com outros países latino-americanos, por parte do Vaticano, ferrenho opositor à ideia de liberdade reprodutiva reivindicada pelas mulheres e hoje princípio democrático integrante dos direitos humanos, como bem lembra Elizabeth Jelin no artigo de sua autoria que publicamos neste número da REF.

Paralelamente, teve início a série de eventos que marca iniciativa semelhante com vistas à realização da IV Conferência Internacional sobre a Mulher, que as Nações Unidas promovem em 1995 em Beijing.

Desde final do ano passado, o Ministério das Relações Exteriores coordena as atividades de um Comitê Nacional, do qual participa igualmente o Fórum de Presidentas dos Conselhos Estaduais dos Direitos da Mulher. Este comitê acatou todas as indicações feitas para que feministas elaborassem os relatórios temáticos que devem subsidiar a formulação do documento a ser apresentado na China pelo governo brasileiro e do seu capítulo especial contendo recomendações para a próxima década.

Trata-se, portanto, de um processo inédito desde a sua concepção, e que tem assegurado, no seu desenrolar, através de seminários, o debate franco e aberto do conjunto da nossa sociedade acerca das propostas que devem pautar os esforços de todas as nações para que sejam superadas as desigualdades entre os sexos.

Diante da heterogeneidade do movimento feminista e dos desafios que se colocam para que a equidade entre homens e mulheres torne-se um ingrediente da nossa realidade cotidiana, é preciso coesionar os pontos de unanimidade, dando-lhes um conteúdo próprio orientador das nossas ações coletivas, e identificar discordâncias que possam

configurar uma nova agenda de discussões sobre a qual refletir mutuamente

Nosso objetivo comum não nos confina a uma visão exclusiva de como alcançá-lo. Ocasões como essa, de grande mobilização na preparação de uma conferência internacional, permitem retomar questões candentes e buscar novas concordâncias, definindo melhor as fronteiras que nos alinham. Permite galvanizar nossa pluralidade e torna a terra fecunda de soluções. Permite, enfim, renovar anseios e ratificar nossas qualidades, onde, sem dúvida, seremos um movimento anti-hierárquico e descentralizado e das mais essenciais.

Lena Lavinas